

Os inimigos da Zona Franca

24 MAR 1993

Gilberto Miranda

De uns tempos para cá estamos percebendo, pelos meios de comunicação, uma sistemática campanha contra a Zona Franca de Manaus, campanha essa que, num crescendo de ataques, culminou, sexta-feira passada, com um ato insólito — o adiamento do exame de 36 projetos da área de informática, na reunião do Conselho de Administração da Suframa, para o próximo dia 26.

A campanha a que me referi procura semear a inverdade e a calúnia, ao divulgar que os projetos no campo da informática a serem apreciados são meros artifícios para proporcionar importações isentas dos tributos correspondentes.

Há poucos dias já tivemos a oportunidade de registrar, denúncia falaciosa e infundada de autoria do sr. Carlos Rocha, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Automação e Informática (Automática), segundo a qual os projetos na pauta da reunião do Conselho de Administração estariam favorecendo empresas maquiadoras e sonegadasoras.

A essa voz, diga-se de passagem descredenciada e mentirosa, uniu-se a do presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica. E o ministro Andrade Vieira, sem maiores informações oficiais sobre o conteúdo dos projetos, valendo-se única e exclusivamente dos "cantos de sereias lobbistas", bandeou-se para o lado de empresários inescrupulosos, cujo intuito é preservar privilégios.

O ministro Andrade Vieira, como homem público e senador, tem o dever de bem conhecer a lei que ele próprio ajudou a elaborar e de respeitá-la, pois a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, admite produção de bens de informática.

Mas a posição assumida pelo ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo passa a ser por nós entendida, no momento em que verificamos que o seu secretário executivo é o sr. Antônio Maciel, ex-assessor da então ministra Zélia Cardoso de Mello, a qual sempre combateu a Zona Franca de Manaus.

Cabe lembrar, neste passo, que no dia em que Zélia saiu do governo, o sr. Antônio Maciel se encontrava na casa do governador Gilberto Mestrinho, em Manaus, levando-lhe um recado laconico da ministra que se exonerava: "A partir de então qual-

quer assunto relativo à Zona Franca deveria passar pelo crivo da ministra".

Com a queda da ministra, para gáudio da região Norte, a ameaça se dissipou.

Mas não esmoreceram os seus inimigos, a ponto de se fortalecerem no governo recentemente instalado, e com a conivência do presidente da República.

Continuam eles na crista da onda, pois os elaboradores da política industrial do ministro Andrade Vieira são ex-integrantes do antigo Departamento de Indústria e Comércio (DIC), escolhidos pela ex-ministra Zélia.

A Zona Franca de Manaus nunca foi não é nem será empecilho para o desenvolvimento industrial do resto do País, especialmente do Sul, mas constitui ela o instrumento mais importante para a sobrevivência de milhares de brasileiros que prestam serviços nas indústrias ali localizadas.

Levantamentos efetuados recentemente demonstram que, ao contrário do que costumam afirmar os opositores da Zona Franca de Manaus, a renúncia fiscal total (aí incluídos tributos federais, estaduais e municipais) não é significativa, pois representa apenas 0,37 por cento do PIB.

Com efeito, no ano de 1990 o faturamento das empresas industriais alcançou 8,4 bilhões de dólares, devendo-se observar que quase um terço desse valor corresponde à restituição do ICMS concedida pelo estado do Amazonas que, não obstante tal fato, muito se beneficia da Zona Franca, pois sem ela a arrecadação do mencionado imposto seria zero.

Cabe registrar, que a produção industrial da Zona Franca de Manaus, constitui a grande fonte geradora de tributos da competência da União, levando o estado do Amazonas a liderar a arrecadação tributária federal na região Norte.

Assim é que a média da carga tributária sobre o preço de venda do produto de informática oriundo da Zona Franca é de 23 por cento enquanto que a média dos bens produzidos em outros estados é de 29 por cento.

Não há, portanto, qualquer exagero ou fórmula de concorrência injusta ou inaceitável. E aqui cabe con-

signar que esse tratamento diferenciado está escudado em razões de cunho social e de desenvolvimento regional, aduzindo-se, ainda, os altos custos do transporte a serem agregados aos preços dos produtos industrializados em Manaus.

A Zona Franca de Manaus desde a sua criação tem funcionado como vetor de entrada de novas tecnologias e isso tem sido uma constante para muitos produtos, aparecendo como carro-chefe o setor eletroeletrônico. Dizer que não existe essa tecnologia no restante do País não é nenhuma novidade, uma vez que os produtos fabricados na Zona Franca incorporam a mais moderna tecnologia de produtos no exterior, ainda não disponível no Brasil, inovando nos processos de fabricação em relação ao padrão obsoleto praticado em São Paulo, apesar dos 20 anos de reserva de mercado no setor de informática.

Além disso, a administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) está entregue a pessoas sérias e criteriosas, que têm instruído de forma precisa e técnica os processos submetidos ao Conselho de Administração, com 20 dias de antecedência, ensejando minucioso exame por parte de seus membros, representantes dos governos federal, estadual e municipal, da indústria, do comércio e dos trabalhadores, sob a presidência do ministro da Integração Regional.

O que tem engrossado as fileiras dos inimigos da Zona Franca é a falta de patriotismo, é a ausência total de uma visão mais ampla do Brasil e de suas desigualdades regionais. E, o que é mais grave, a falta de honestidade no trato das matérias de interesse público, que acabou ficando à mercê de interesses subalternos.

Estivesse o ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, mais atento e se, em vez de se aliar ao lobby do sr. Carlos Rocha, se dignasse visitar a Zona Franca de Manaus, talvez compreendesse melhor o seu funcionamento e percebesse o porquê da fúria dos lobbistas e de seus amigos empresários paulistas contra aquela instituição.

■ Gilberto Miranda é senador pelo PMDB do Amazonas